

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em Milhares de Reais)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU, empresa pública sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, controlada pela União, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, constituída com fundamento no art. 5º da Lei 3.115, de 16 de março de 1957, no disposto no Decreto 74.242, de 28 de junho de 1974, e no contido no Decreto 89.396, de 22 de fevereiro de 1984, rege-se-á pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, por seu Estatuto e pelas demais disposições legais que lhe sejam aplicáveis. A Companhia tem por objetivo:

- a) a execução dos planos e programas aprovados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, em consonância com o Plano Nacional de Viação e, destinados a reger os serviços de transporte ferroviário urbano, constantes do Sistema Nacional de Transportes Urbanos;
- b) o planejamento, o estudo, os projetos, a construção e a implantação de serviços de transporte de pessoas, por trem de superfície nas Regiões Metropolitanas, cidades e aglomerados urbanos que justifiquem a existência desses serviços, em estreita consonância com a política de transporte e desenvolvimento urbano;
- c) a operação e a exploração comercial dos serviços de transporte ferroviário urbano e suburbano;
- d) o gerenciamento das participações societárias da União em empresas de transporte ferroviário metropolitano e urbano, de pessoas; e
- e) a execução de atividades conexas que lhe permitam melhor atender seu objeto social.

Tendo sob a sua operação os sistemas de transporte de passageiros nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Maceió, João Pessoa e Natal. O desempenho da CBTU revela a sua capacidade em promover a mobilidade e a acessibilidade da população ao transporte público, através da adoção de diretrizes que consolidem metrôs e Veículos Leves sobre Trilhos – VLT's como principais modais para as grandes e médias cidades brasileiras.

Neste exercício a CBTU apresentou Patrimônio Líquido negativo conforme descrito na **Nota 14 – Patrimônio Líquido**.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS:

a) Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas pela Legislação Societária Brasileira, além dos pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e das Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em vigor até a data da elaboração das demonstrações contábeis.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os elementos apresentados nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, ou seja, a “moeda funcional”, que é também a moeda corrente nacional – denominada Real.

c) Uso de estimativa e julgamento

As estimativas contábeis e os julgamentos da administração, baseados nas informações disponíveis, são revisados de forma contínua.

d) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Adicionalmente ao descrito acima, as principais práticas contábeis podem ser resumidas como segue:

I. Regime de escrituração das transações

É adotado o regime de competência de exercícios para registro das operações.

II. Reconhecimento dos efeitos inflacionários

Os efeitos da inflação sobre as demonstrações contábeis são reconhecidos mediante atualizações monetárias e cambiais de direitos e obrigações sujeitas à indexação legal ou contratual, pelos respectivos índices.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

III. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos proporcionais, auferidos até a data do balanço, conforme Resolução do Banco Central do Brasil – BACEN nº 3284 de 25/05/2005.

IV. Almoxarifados

Os estoques mantidos nos almoxarifados estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de reposição. Os materiais em poder de terceiros são registrados ao custo identificado.

V. Ativo Imobilizado, Intangível e Diferido

Está demonstrado pelo custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, ajustado com os seguintes aspectos:

- Depreciação do imobilizado pelo método linear levando em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens;
- Amortização do ativo diferido pelo método linear, à taxa de 10% ao ano;
- A CBTU contratou uma empresa especializada para realização do teste de Impairment, cujo relatório emitido em 21/01/2021, não identificou a necessidade de registro de Provisão para Ajuste dos Bens a Valores Recuperáveis, bem como da necessidade de Revisão de Taxas de Depreciação.

VI. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado. A Companhia não oferece benefícios pós empregos.

VII. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, sendo provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

i. Ativos e passivos contingenciais

Um passivo ou ativo contingente é uma obrigação ou direito possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Contabilizado no balanço patrimonial quando a Companhia possui um passivo ou ativo, formalizados e constituídos como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação ou estabelecer o direito obtidos futuramente. Os passivos e ativos são registrados tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, como segue:

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como certa a sua realização do ativo.
- **Passivos contingentes:** decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos mensuráveis. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitem sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

ii. Obrigações legais: fiscais e previdenciárias

Decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações contábeis.

VIII. Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas em conformidade com o regime contábil de competência dos respectivos períodos.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

IX. Determinação do valor justo

As políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo para os ativos e passivos financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação usando técnica de avaliação para que estabeleça qual teria sido o preço da transação na data de mensuração em uma troca entre partes não relacionadas, com base nos fluxos de caixa descontados a taxas de mercado observáveis disponíveis.

X. Demonstração do Valor Adicionado - DVA.

A partir do exercício de 2020, em atendimento aos dispositivos legais, em particular a Lei nº 13.303/2016 e o Decreto nº 8.945/2016 e regramento da CVM, a CBTU passou a apresentar a Demonstração do Valor Adicionado – DVA.

A DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Empresa e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Foi preparada com base nas informações obtidas dos registros contábeis das Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

NOTA 03 – DISPONIBILIDADE

Compõe este grupo os valores em Caixa, Valores em Trânsito oriundos da arrecadação, Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata e a Conta Única do Tesouro Nacional, que engloba os repasses do tesouro e de recursos próprios para fazer face às despesas previstas no orçamento da CBTU.

Composição do saldo – valores em R\$ mil:

	Mar/2021	Dez/2020
Caixa	74	74
Conta Única do Tesouro Nacional	83.189	68.337
Valores em Trânsito	2.814	7.904
Aplicações Financeiras	72.344	57.791
	158.421	134.106

NOTA 04 – CONTAS A RECEBER

As principais rubricas que compõem este grupo são as seguintes:

RFFSA – trata-se de desembolsos realizados pela CBTU, de responsabilidade da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, cujos valores mais relevantes são oriundos de desapropriações e obras realizadas pela CBTU, vitais para expansão do sistema de Belo Horizonte em áreas de influência de ambas as Empresas, tendo sido, desta forma, aplicado o critério de rateio dos valores envolvidos. Tendo em vista estar, a

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

extinta RFFSA, questionando por diversos motivos o referido critério de rateio de alguns valores, a CBTU, conservadoramente, constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa aos valores sob questionamento.

Considerando que não houve acordo com a Inventariança da RFFSA, o processo foi encaminhado para a AGU de forma a mediar o entendimento entre as partes. As tratativas estão em curso, tendo sido realizadas várias reuniões com a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal - CCCAF/AGU onde a CBTU apresentou suas considerações sobre os créditos, estando previsto ainda, no primeiro trimestre a discussão com as demais áreas envolvidas (MDR, Ministério da Economia e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN)

Créditos em Liquidação – nesta rubrica está registrado o valor devido pelo Consórcio Grande Recife, referente à parcela da CBTU na partição tarifária da integração ônibus/metrô, por ter havido contestação por parte do consórcio dos valores apresentados pela CBTU.

Existem três processos judiciais em curso cobrando o débito o que ensejou também a inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN pela CBTU.

Foi protocolada também Representação Criminal contra os Presidentes do Consórcio e do Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros – Urbana, no Ministério Público Federal.

Considerando que não existe expectativa de solução dos créditos com a RFFSA, o recebimento dos precatórios da ação contra a prefeitura de São Paulo e com o Consórcio da Grande Recife, a CBTU considerando os preceitos do CPC-01, provisionou o total desses créditos como perdas ao valor recuperável.

Composição do saldo – valores em R\$ mil:

	Mar/2021	Dez/2020
RFFSA	14.145	14.145
Aluguéis a Receber	1.736	1.780
Prefeitura de São Paulo	723	723
Empregados Cedidos	635	546
Créditos em Liquidação	98.903	99.132
13º Salário	5.830	-
OUTRAS	535	455
	122.507	116.781
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(114.572)	(114.572)
Total	7.935	2.209

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

NOTA 05 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais estão representados em sua relevância como segue:

- a) **Penhoras Judiciais** – referem-se a penhoras na receita de bilheteria, preponderantemente nas Superintendências de Trens Urbanos – STU's Recife e Belo Horizonte.

Até o exercício de 2019 os valores relativos as Penhoras Judiciais eram classificadas no Ativo Circulante, pelo entendimento que na sua forma, seriam valores reversíveis em até 365 dias, seja pela recuperação, em caso de vitória, ou seja pelo pagamento da sentença pela União, em caso de derrota. No caso da CBTU, a maturação dos processos que envolvem penhoras, ultrapassava esse período. Todo o saldo foi reclassificado para o Passivo Não Circulante, de forma aderente em sua essência, ao que preconiza o CPC 26.

Neste exercício, os valores das penhoras para a REFER foram baixados contra o resultado, considerando o seguinte:

- Que o entendimento mudou, a partir da declaração da Advocacia Geral da União – AGU que o mérito era incontroverso;
- Que as tratativas do acordo chancelado pela AGU se dão pelo equacionamento do déficit atuarial e que o acordo não prevê nenhuma compensação pelos valores já pagos.

Em 31 de março de 2021, a situação das Penhoras Judiciais da Empresa pode ser resumida como segue – **valores em R\$ mil:**

	Mar/2021				Dez/2020			
	BH	REC	OUTRAS	TOTAL	BH	REC	OUTRAS	TOTAL
Saldo do Exercício Anterior	86.652	6.056	225	92.933	253.371	116.739	5.792	375.902
Penhoras do Período	4.089	-	-	4.089	33.342	499	80	33.921
Recuperação de Penhoras	(8.981)	(276)	-	(9.257)	(40.710)	(5.649)	(1.832)	(48.191)
Reversão de Penhoras REFER	-	-	-	-	(159.351)	(105.533)	(3.815)	(268.699)
Saldo do Exercício	81.760	5.780	225	87.765	86.652	6.056	225	92.933

- b) **Depósitos Judiciais** – referem-se basicamente a pagamentos de depósitos recursais trabalhistas, que visam à reforma da sentença; depósitos judiciais cíveis, que são para garantia do juízo até a solução final da ação.

Para 2021 está prevista a contratação de empresa especializada na apuração e levantamento dos Depósitos Judiciais.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

Composição de Depósitos Judiciais – valores em R\$ mil:

Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/03/2021
125.918	1.144	536	126.526

NOTA 06 – DEPÓSITOS ESPECIAIS

Refere-se a depósito caucionado no Banco do Brasil, cuja origem foi o processo de renegociação da dívida externa pela União em 1993.

O objetivo do depósito é servir de garantia para amortizações da Dívida de Médio e Longo Prazo – DMLP, do período de 2015 a 2024, quando serão liquidadas. A dívida está consignada no passivo não circulante, na rubrica de financiamento interno **Nota 11 – Financiamentos**.

O valor é atualizado pela variação do dólar americano e remunerado pela variação média do bônus de zero cupom do tesouro dos Estados Unidos da América.

Considerando o descrito na **Nota 23 – Eventos Subsequentes**, esta rubrica sofrerá alterações relevantes.

NOTA 07 – IMPOSTOS A RECUPERAR

Representa os valores de processos de restituições de Tributos e Contribuições Federais, preponderantemente de Imposto de Renda retido sobre rendimentos de aplicação financeira de recursos próprios, corrigidos pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

NOTA 08 – IMOBILIZADO:

a) Composição do saldo – valores em R\$ mil:

CONTAS	TAXA ANUAL DE DEPRECIAÇÃO (%)	Mar/2021	Dez/2020
Terrenos	-	365.204	365.204
Edificações	1,25 a 2,00	648.046	648.034
Instalações	2,00 a 3,33	842.129	841.737
Equipamentos de Transporte Ferroviário	2,50 a 5,00	1.157.556	1.157.556
Veículos	20	12.158	12.158
Equipamentos, Máquinas e Ferramentas	10	75.470	74.973
Outras Imobilizações Tangíveis	10	37.050	36.983
Imobilizações em Andamento	-	1.568.966	1.566.467
Correção Monetária – Lei 8.200/91	Diversas	452.317	452.317
		5.158.896	5.155.429
Depreciações Acumuladas		(1.398.845)	(1.380.390)
Redução Valor Recup. Imobilizado		(1.286.503)	(1.286.503)
	Total:	2.473.548	2.488.536

b) Imobilizações em andamento:

Representa os investimentos em obras e aquisições cujos contratos estão em execução.

Existem valores pendentes de reclassificação para a conta de terrenos, oriundas de desapropriações nas STU's Belo Horizonte e Recife que não são depreciados, bem como as cisões para os respectivos Estados dos Investimentos nos sistemas do Rio de Janeiro e São Paulo.

A CBTU apresentou a relação dos contratos que compõem o valor a ser objeto de cisão complementar, conforme os acordos de estadualização para a CPTM, do Estado de São Paulo e para a Central Logística, do Estado do Rio de Janeiro, não havendo manifestação quanto a aceitação ou contestação.

Considerando que as tratativas com relação as cisões não foram concluídas, em 2019 foi provisionado o total dos investimentos do Rio de Janeiro e de São Paulo como Provisão ao Valor Recuperável desses investimentos, conforme fundamento nos Pronunciamentos Técnicos CPC nº 27 – Ativo Imobilizado e CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Estes valores serão baixados quando da cisão com as empresas beneficiárias.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

As imobilizações em andamento podem ser demonstradas como segue – **valores em R\$ mil:**

	Mar/2021	Dez/2020
Sistema de Belo Horizonte	68.111	68.111
Sistema de Recife	139.321	139.321
Sistema do Rio de Janeiro	651.803	651.803
Sistema de São Paulo	554.388	554.388
Outras Obras	155.343	152.844
Subtotal:	1.568.966	1.566.467
Correção Monetária – Lei 8.200/91	32.810	32.810
Redução Valor Recup. Imobilizado	(1.286.503)	(1.206.192)
Total:	315.273	393.085

NOTA 09 – INTANGÍVEL

Está representado basicamente por direitos de uso e aquisição de softwares, sendo amortizados no prazo de vida útil definido.

NOTA 10 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A provisão para Contingências representa a estimativa de riscos futuros com ações judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária, movidas contra a empresa, em conformidade com a legislação societária e pronunciamento nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25). As provisões em 31 de março de 2021 contemplam todas as ações conhecidas pela Empresa.

Considerando o descrito na **Nota 23 – Eventos Subsequentes**, esta rubrica sofrerá alterações relevantes.

Composição do saldo – valores em R\$ mil:

AÇÕES	Mar/2021	Dez/2020
Trabalhistas	215.461	99.214
Cíveis	304.263	172.785
REFER	2.604.328	2.655.933
Tributários	56.879	141.632
Total:	3.180.931	3.069.564

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

NOTA 11 – FINANCIAMENTOS

Os financiamentos foram obtidos pela RFFSA, na década de 1980, para ampliação e melhoramento das instalações e equipamentos do ativo imobilizado dos Sistemas do Rio de Janeiro e São Paulo.

As parcelas de amortização do principal, bem como as despesas de juros e outras decorrentes dos financiamentos, são totalmente cobertas pela União, mediante subvenções.

As taxas de juros anuais aplicadas aos financiamentos variam de 5,8% a 8%, com vencimentos programados até o ano de 2024.

Os financiamentos são corrigidos pela variação do Dólar Americano.

As parcelas de amortização estão suspensas desde 2015, conforme previsto em contrato, que estabelece o pagamento do total do financiamento em 2024 utilizando os recursos caucionados no Banco do Brasil, consignados no Ativo não Circulante, conforme **Nota 06 – Depósitos Especiais**.

Considerando o descrito na **Nota 23 – Eventos Subsequentes**, esta rubrica sofrerá alterações relevantes .

NOTA 12 – RECEITA DIFERIDA

Refere-se a contrato de locação para utilização de áreas de domínio da CBTU, que consiste basicamente na implantação de sistema cabo ótico destinado a serviço de telecomunicação.

O presente contrato vigerá pelo prazo de 30 (trinta) anos a partir de dezembro de 1999, com a realização da receita no valor mensal de R\$15,9 mil.

NOTA 13 – RECURSOS PARA AUMENTO DE CAPITAL

Registra os recursos da União em investimentos para futuro aumento de capital, bem como os encargos financeiros pela variação da SELIC, oriundos da aplicação dos dispositivos do Decreto Nº 2.673 de 16 de julho de 1998.

Permanece ainda o valor de R\$ 8.810 mil referente a atualização da SELIC no Passivo Não Circulante devido ao interstício entre a data da assembléia de 16/12/2019 e a data base utilizada para cálculo de 31/10/2019, sendo atualizado mensalmente.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

NOTA 14 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Capital Social

O Capital Social integralizado está representado por 18.645.502.652.145 ações ordinárias nominativas com 100% de participação da União.

Reserva de Reavaliação de Bens

Constituída em decorrência da avaliação de bens do ativo imobilizado registrada em 1985. A realização dessa reserva vem sendo feita em função das depreciações, baixas e alienações dos referidos bens, registrada diretamente na conta de prejuízos acumulados.

Utilizando a faculdade prevista no CPC 13, a Empresa optou pela manutenção dos valores classificados nesse grupo até sua completa realização.

Recursos para Aumento de Capital

A partir do dia 21 de junho de 2018 a CBTU passou de Sociedade de Economia Mista para Empresa Pública, deixando assim de haver correção pela SELIC nos valores ingressados como Recursos para Aumento de Capital, bem como passaram a ser contabilizados no Patrimônio Líquido, conforme o Manual do SIAFI – Macro Função 02.11.22 – Participação da União no Capital de Empresas.

Patrimônio Líquido Negativo

Neste trimestre, a CBTU apresentou Patrimônio Líquido Negativo de R\$ 439.618 mil, devido aos prejuízos acumulados.

A CBTU é uma Empresa Pública Federal dependente do Tesouro Nacional e como tal não está sujeita a lei de falência. Qualquer necessidade de recursos é provida pelo Governo Federal, não existindo risco de continuidade operacional.

NOTA 15 – RECEITA BRUTA

A variação da receita bruta em 2021 e 2020 está diretamente relacionada com a pandemia da COVID-19, conforme descrito na **Nota 23 – COVID-19 Impactos**.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

NOTA 16 – CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS.

Segue a composição de Custos dos Serviços Prestados – **valores em R\$ mil:**

	Mar/2021	Mar/2020
Pessoal, Encargos e Benefícios	149.056	151.592
Concessionárias	8.164	9.767
Serviços de Terceiros	22.960	15.066
Materiais	5.689	3.243
Total:	185.869	179.668

NOTA 17 – SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO

Corresponde a recursos recebidos da União para complementar as despesas da CBTU.

Composição das Subvenções Recebidas – valores em R\$ mil:

	Mar/2021	Mar/2020
Pessoal, Encargos e Benefícios	159.486	222.563
Despesas Decorrentes de Sentenças	63.630	45.422
Custeio	19.125	27.438
Total:	242.241	295.423

NOTA 18 – RESULTADO FINANCEIRO

Segue a composição de Receitas e Despesas Financeiras – **valores em R\$ mil:**

RECEITAS FINACEIRAS	Mar/2021	Mar/2020
Juros de Aplicações Financeiras	53	899
Outras	5	11
TOTAL	58	910

DESPESAS FINACEIRAS	Mar/2021	Mar/2020
Juros e Encargos da Dívida com a REFER	159.084	75.885
Variação Cambial e Encargos de Financiamentos	29.410	83.534
Variação Monetária dos Rec. p/ Aumento de Capital	42	84
Outras	20	3
TOTAL	188.556	159.506

Total	(188.498)	(158.596)
--------------	------------------	------------------

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

NOTA 19 – INDÍCES ECONÔMICOS

Segue a composição dos Índices Econômicos:

	Mar/2021	VAR %	Dez/2020
LIQUIDEZ CORRENTE	0,50	(18,03)	0,61
LIQUIDEZ GERAL	0,19	(5,00)	0,20
ENDIVIDAMENTO	113,78	4,04	109,36
SOLVENCIA GERAL	0,87	(4,40)	0,91
GARANTIA DE CAPITAL DE TERCEIROS	(0,12)	33,33	-0,09
IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(564,02)	(32,64)	-837,27

NOTA 20 – PLANO DE PREVIDÊNCIA E PENSÃO A EMPREGADOS

A CBTU é patrocinadora de Plano de Previdência Complementar gerido pela Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER, que é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

O Plano CBTU é de Contribuição Variável (CV), modalidade que conjuga características de Contribuição Definida (CD), durante a fase de acúmulo, e de Benefício Definido (BD), a partir da concessão do benefício. O valor do benefício é calculado com base no saldo da conta individual, formada pelas contribuições patronais e pessoais em favor do participante, e com base nas hipóteses atuariais estabelecidas a seguir.

Os riscos atuariais do Plano se concentram na fase de pagamento dos benefícios, quando assume características de Plano de Benefício Definido (BD), e decorrem da possibilidade de não realização das hipóteses adotadas na avaliação atuarial frente à realidade observada, principalmente em relação à rentabilidade esperada dos investimentos e à sobrevivência da massa de participantes. De todo modo, todas as hipóteses envolvidas no cálculo atuarial e apresentadas neste tópico, se não realizadas, geram riscos para o Plano.

NOTA 21 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com o estabelecido no pronunciamento técnico CPC 05 - divulgação sobre partes relacionadas, enquadrando-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, havendo ou não valor alocado à transação. As transações da CBTU em março de 2021 e 20 foram as seguintes:

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

Composição das Partes Relacionadas – valores em R\$ mil:

PARTES RELACIONADAS	VALOR DOS CONTRATOS	VALOR PAGO	
		mar/21	2020
EBCT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	2.161	40	122
DATAPREV	282	8	77
EBC-EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO	320	3	1
IMPRESNA NACIONAL	281	-	8
PETROBRÁS	6.921	1.242	3.452

PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO	PARTES RELACIONADAS
ANDRE MARINHO DE SOUZA FILHO	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO INDEPENDENTE
ANDREA MARIA RAMOS LEONEL	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO INDEPENDENTE
BERNARDO SOUZA BARBOSA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO MINISTÉRIO DA ECONOMIA
CIRANO LOPES DE OLIVEIRA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO CBTU
CLÁUDIO XAVIER SERFELDER FILHO	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO MINISTÉRIO DA ECONOMIA
JAIME LEONCIO SINGER	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO INDEPENDENTE
JOSÉ MARQUES DE LIMA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIR. PRESIDENTE - CBTU
MANOEL RENATO MACHADO FILHO	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO MINISTÉRIO DA ECONOMIA
WELERSON CAVALIERI	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO INDEPENDENTE
MARIA DO SOCORRO GADELHA C. DE LIRA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO MINISTÉRIO DAS CIDADES
SILVANI ALVES PEREIRA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO MINISTÉRIO DAS CIDADES
PEDRO AUGUSTO CUNTO DE ALMEIDA MACHADO	DIRETOR DE PLANEJAMENTO - CBTU
RODRIGO CARVALHO RIBEIRO DANTAS	DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - CBTU
SÉRGIO SAMPAIO SESSIM	DIRETOR TÉCNICO - CBTU
JOSÉ DIAS DA SILVA FILHO	GERENTE GERAL GESTÃO FINANCEIRA

NOTA 22 – COVID-19 IMPACTOS

Desde o início da pandemia, a Administração tomou as ações que acompanham e estão alinhadas às diretrizes e orientações emanadas dos órgãos centrais do Governo Federal, que lideram o processo de gestão dessa crise. Recentemente, a empresa expediu orientações de alcance interno, que delimitam a atuação dos gestores e seus empregados, visando a resguardar a saúde individual e coletiva de seus colaboradores, além de manter o funcionamento das atividades, em especial aquelas voltadas às garantias fundamentais à sociedade.

A receita própria foi fortemente impactada, com uma redução de 38% (R\$ 35.045 mil – março 2021 / R\$ 56.754 mil – março 2020), resultado da redução de 30% no número de passageiros transportados (5.512 mil – março 2021 / 7.856 mil – março 2020), sendo que no auge da pandemia, entre abril e maio, esta redução no total de passageiros chegou a 82%. Tal redução só não afetou a operação e administração da empresa devido a CBTU ser uma empresa dependente da União e do atendimento por parte do Tesouro da reversão da fonte de recursos próprios para a fonte de recursos do Tesouro.

As projeções para 2021 consideram dois cenários:

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

1 – Arrecadação de R\$ 174.617 mil, considerando uma recuperação gradual com o avanço da imunização da população;

2 – Arrecadação de R\$ 148.716 mil, considerando o mesmo cenário de 2020

NOTA 23 – EVENTOS SUBSEQUENTES

No mês de abril de 2021 ocorrerão eventos que alterarão significativamente algumas rubricas das demonstrações contábeis, conforme abaixo:

- a) Foi homologado em 19 de abril de 2021 o acordo da dívida com a REFER.

A dívida se refere ao período entre 1985 e 1996, após redução unilateral, pela CBTU, da alíquota de contribuição patronal de 11,61% para 9,48% e da redução da base de cálculo da contribuição da patrocinadora promovida pela Lei nº 8.020, de 12 de abril de 1990, bem como pela não quitação do déficit decorrente da migração do Plano CBTU, de Benefício Definido para Contribuição Variável.

O acordo, no valor atualizado de cerca de R\$ 3.157.167 mil, a ser pago em até 18 anos com juros de 6% ao ano e correção pelo INPC, resolve o déficit anteriormente existente nos planos CBTU, CPTM, Central, CTS e Metrofor, que colocava em risco as aposentadorias e a continuidade da REFER.

Foi disponibilizado no orçamento da CBTU o montante de R\$282.574 mil na rubrica de sentenças trabalhistas, para as amortizações do exercício de 2021, com o primeiro pagamento em 30/06/2021.

Face ao exposto em abril o valor da REFER contabilizado como Provisão para Contingências será transferido para rubricas próprias no Passivo Circulante e Não Circulante.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

b) Em 09 de abril de 2021 a CBTU quitou antecipadamente a dívida de financiamentos de R\$ 315.434 mil, utilizando o saldo dos depósitos especiais caucionados no Banco do Brasil de R\$ 302.730 mil e recursos do orçamento do exercício de R\$ 12.704 mil. A fundamentação da quitação foi a economicidade, uma vez que deixaremos de pagar juros e encargos da dívida de 2013 e 2014 de aproximadamente R\$ 46.517 mil.

A quitação implica na extinção das rubricas de Depósitos Especiais, no Passivo não Circulante, e de Financiamentos, no Passivo não Circulante.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2021.

JOSÉ MARQUES DE LIMA
Diretor-Presidente

PEDRO AUGUSTO CUNTO DE ALMEIDA MACHADO
Diretor de Administração e Finanças

JORGE LUIZ OLIVEIRA DA SILVA
Contador
CRC-RJ 062.918